



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

*Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização lato sensu em*
Inovação sustentável
na esfera pública
na modalidade presencial
(Pós-Graduação Lato Sensu)

www.ifrn.edu.br

Projeto Pedagógico do Curso
de Especialização em
Inovação Sustentável na Esfera Pública
na modalidade presencial
(pós-graduação Lato Sensu)

Área (CAPES): Administração Pública - 60202009

Projeto aprovado pela Deliberação nº 42/2025-CONSEPEX/IFRN, de 08/05/2025.

José Arnóbio de Araújo Filho
REITOR

Anna Catharina da Costa Dantas
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Samira Fernandes Delgado
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Avelino Aldo de Lima Neto
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Gerda Lucia Pinheiro Camelo
Jassio Pereira de Medeiros
Laysce Rocha de Moura
Marcos André da Silva
Raimundo Nonato Camelo Parente

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Maria de Fatima Feitosa de Sousa
Cícera Romana Cardoso

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

Amilde Martins da Fonseca
Ana Lúcia Pascoal Diniz
Paula Ivani Medeiros Santos
Rejane Bezerra Barros
Tito Matias Ferreira Júnior

COLABORAÇÃO

Josyanne Pinto Giesta
Lucia de Fatima Lucio Gomes da Costa
Marcio Adriano de Azevedo
Moises Cirilo De Brito Souto
Renato Samuel Barbosa de Araújo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
3. JUSTIFICATIVA	8
4. OBJETIVOS	12
5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	12
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	13
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	15
7.1 ESTRUTURA CURRICULAR	15
7.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	16
7.3 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	18
7.4 INDICADORES METODOLÓGICOS.	19
8. INDICADORES DE DESEMPENHO	20
9. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	21
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	23
11. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS	24
12. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA	24
13. BIBLIOTECA	26
14. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	27
15. CERTIFICADOS	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	30
APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	60

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública, na modalidade presencial, referente à área de conhecimento de Administração (Administração Pública), Código 60202009 da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este projeto pedagógico de curso se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Estão presentes, como marco orientador dessa proposta, as decisões institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos, na função social desta Instituição e na compreensão da educação como uma prática social. Em consonância com a função social do IFRN, esse curso se compromete a promover formação continuada de profissionais comprometida com os valores fundantes da sociedade democrática, com os conhecimentos referentes à compreensão da educação como uma prática social, com o domínio dos conhecimentos específicos, os significados desses em diferentes contextos e a necessária articulação interdisciplinar.

Concebe-se a pós-graduação como um espaço de produção e de socialização de conhecimentos, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica das atuações docente e discente. É um espaço fortalecido também pela responsabilidade social inerente ao processo de produção socioeconômica e de formação profissional. Sob a égide desse entendimento, o avanço científico e tecnológico, a socialização do conhecimento e o compromisso de promover o diálogo entre os diversos tipos de saberes são elementos que permeiam e integram as ofertas educativas do IFRN, incluindo a pós-graduação.

Este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático pedagógicos estruturantes da formação continuada em pós-graduação, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP/PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública (Pós-Graduação Lato Sensu). Atende à Resolução CNE/CES nº. 1, de 06 de abril de 2018, Resolução CNE/CES nº. 4, de 11 de dezembro de 2018, assim como a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ÁREA DE CONHECIMENTO: Administração – Administração Pública – Código 60202009 – CAPES/CNPq.

MODALIDADE/FORMA DE OFERTA: Presencial, de acordo com a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

3. JUSTIFICATIVA

Tanto a reestruturação no setor produtivo, a partir dos anos de 1990, quanto o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrente da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os institutos federais, contribuiram para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Por sua vez, a construção de uma postura crítica leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da Instituição. Essa postura faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

O IFRN visa proporcionar à comunidade, estratégias de inclusão para o setor produtivo com impacto de ordem política, socioeconômica e cultural, preocupando-se em associar a competência às noções de combate às desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos.

Para tanto, faz-se necessário discorrer sobre as transformações ocorridas, mais fortemente, no final da década de 1990, que acarretaram mudanças no modo de produção e nas relações de trabalho. Essas transformações, determinadas pela nova ordem econômica mundial, tiveram como fator desencadeador o avanço da tecnologia da informação, juntamente com avanços do conhecimento e das ciências caracterizam-se principalmente pelo ritmo vertiginoso com que vêm ocorrendo as substituições tecnológicas dos sistemas produtivos.

Paralelo as mudanças tecnológicas e econômica, o Brasil nos últimos 15 anos vivenciou um pool de políticas públicas de combate às desigualdades que proporcionou tirar o Brasil do mapa da fome. Porém, mais uma crise econômica advinda de uma série crise política estanca o avanço social desafiando os gestores públicos para produzir políticas públicas eficientes e eficaz de combate à desigualdade com inovação na gestão do setor público.

Com efeito, o contexto ambiental se expande, se globaliza e estabelece novas demandas sociais e de mercado, novas formas de gestão e novas relações de trabalho, demandando um novo perfil profissional do gestor público para conduzir o estado nesse período de mudança. Problemas relacionados a pobreza, educação inadequada, crime, violência, opressão das minorias, destruição do meio ambientes, assim como outras questões sociais são cada vez mais debatidos na sociedade exigindo preparo e inovação na solução dos problemas por parte dos gestores públicos.

Fatores como a globalização dos mercados, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência a conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e a formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, são, entre outras, evidências das transformações estruturais que configuram a dimensão econômica da globalização. Nesse contexto, os desafios dos gestores públicos em formular políticas públicas que incluam os desfavorecidos num mundo globalizado, garanta igualdade de oportunidade para uma competição menos injusta na sociedade se torna cada vez mais necessário diante do cenário global “no qual pessoas vivem em extrema pobreza, sem nem mesmo acesso as necessidades básicas de um lar, acesso a comida, água limpa e saneamento e assistência básica a saúde” (MOONEY; KNOX; SCHACHT, 2016, p. 182).

A presença desses elementos no novo cenário da gestão pública traz para os governos uma relação de interdependência com o ambiente externo, exigindo dos gestores público, a capacidade de agir, por meio de novas práticas, utilização de novas metodologias, novas técnicas e serviços, novas estratégias para o enfrentamento das novas demandas e incertezas; a desigualdade aumenta, afetando a forma como os governos se estruturam e trabalham com o conhecimento para desenvolver novas políticas públicas, novos processos e novas formas de organizar a sociedade. O papel do gestor público nos governos, portanto, torna-se fundamental, pois inseridas em um ambiente de incertezas, os governos necessitam aprender a lidar com as situações inesperadas para poderem intervir no ambiente social combatendo a desigualdade, evoluindo e atendendo às demandas de um mundo globalizado.

No âmbito do mundo do trabalho, a nova configuração ambiental requer um profissional mais flexível, que consiga se adequar aos imprevistos advindos do ambiente turbulento e que tenha um conhecimento mais amplo e contextualizado da realidade. Para tanto, as instituições de educação profissional, particularmente, necessitam reestruturar suas práticas a fim de atender às exigências sociais e retroalimentá-lo.

Tendo em vista todas essas considerações, a criação do Curso Especialização em Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública, compreende um conjunto de conhecimento preparado para oportunizar o participante para atuar com maior rigor analítico e técnico nas discussões sobre circunstâncias locais e regionais que afetem estratégias de desenvolvimento e políticas públicas. Com isso o curso de especialização abrangerá debates sobre planejamento, avaliação e gerenciamento de políticas públicas e processos inovadores referentes a gestão pública, enfatizando projetos sociais atuais em organizações públicas e terceiro setor.

No âmbito regional a criação do curso traz para região a possibilidade de atendimento às mais urgentes demandas do governo do Estado, das prefeituras do Rio Grande do Norte e organizações não governamentais que trabalham com projetos sociais no Estado do Rio Grande do Norte. Além dessas questões, observa-se a carência de profissionais de gestão pública capacitado para contribuir com formulação de políticas sociais que potencialize a sua capacidade de intervenção social e por meio de projetos que fortaleçam a cidadania ativa, a justiça social, a equidade, a ética, a participação cidadã, a democracia substantiva e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Outro aspecto relevante é a sólida formação que o curso proporciona ao discente, tal aspecto faz com que os profissionais formados no curso possam exercer com competência em vários segmentos da sociedade, podendo trabalhar nos governos, em empresas públicas, no terceiro setor e em empresas privadas que interagem com o setor público. Assim, no que tange a necessidade de desenvolvimento econômico e social local, se garantirá aos egressos do Curso uma empregabilidade,

bem como uma oferta necessária de especialização de mão-de-obra potiguar para o desenvolvimento do Estado.

O IFRN, como instituição que tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, redefine de forma constante, sua função social em consonância com as necessidades identificadas a partir da compreensão deste cenário mundial. Dessa forma, o IFRN, consciente do seu papel social, entende que não pode prescindir de uma ação efetiva que possibilite a definição de projetos que permitam o desenvolvimento de um processo de inserção do homem na sociedade, de forma participativa, ética e crítica. E, conforme seus princípios políticos pedagógicos num movimento incessante de construção e reconstrução, o IFRN rever sua prática e suas ofertas formativas para tentar corresponder com qualidade às exigências do ambiente macro, uma vez que é uma instituição responsável pela formação técnica e tecnológica da força de trabalho, articulada ao setor produtivo e governos locais.

Em decorrência dessa nova configuração ambiental, emerge uma nova concepção de conhecimento, parte de uma visão reducionista e fragmentada defendida pelo modelo fordista-taylorista de organizar, para uma visão não linear e não determinista característica do modelo flexível de organização. Desse modo, o pensamento é construído de forma articulada ao contexto, em uma permanente interação com a realidade que o determina, num processo de construção e reconstrução contínuo. O conhecimento assim torna-se ferramenta vital para o processo de trabalho, trazendo consequências importantes não apenas para a produção, mas para toda a organização social.

No sentido de responder às demandas por profissionais que atendam à necessidade do mundo do trabalho emergente no Estado e contribuindo, substancialmente, para a qualidade dos serviços oferecidos nesta área em nossa região, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso Especialização em Desenvolvimento Social e Inovação no setor público, na forma presencial, no sentido de elevar a qualidade dos serviços prestados à população nesta área da atividade econômica; contribuir para uma expansão qualificada, fomentando a articulação entre educação científica e educação profissional, por meio do ensino de qualidade; e fortalecer a identidade dos cursos de especialização, sua sintonia com as vocações e peculiaridades regionais e a necessidade de ampliação de sua visibilidade.

O curso foi construído buscando proporcionar ao aluno a visão geral das atividades exercidas por um gestor público ou profissional que contribui com a gestão pública, estimulando o desenvolvimento das habilidades humanas juntamente com as técnicas. De uma maneira geral pode-se dizer que o Curso de Especialização em Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública oferecerá uma formação geral, fundamentada em sólidos conceitos teóricos que suportarão a absorção de novos conhecimentos e uma formação prática através de exemplos e estudos de casos

levados pelos professores e debatedores externos convidados. Esta modelagem articulada sinergicamente garantirá ao discente o pleno controle sobre o conhecimento necessário e o desenvolvimento de sua capacidade profissional.

Nesse sentido, a implantação da Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública atende, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, às demandas geradas por esse contexto social e político, aos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao Plano de Nacional da Educação e Plano de Desenvolvimento Educacional, assim como à função social e às finalidades do IFRN.

Nessa perspectiva, o IFRN propõe-se a oferecer o Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública na modalidade presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade da educação básica, em especial a pública, formando o Especialista em Inovação Sustentável na Esfera Pública através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

4. OBJETIVOS

O Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública tem como objetivo geral qualificar profissionais de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. O objetivo específico do curso é capacitar servidores públicos e profissionais egressos de cursos superiores nas diversas áreas do conhecimento que deseja trabalhar com políticas públicas de desenvolvimento social e inovação no setor público, potencializando as habilidades para intervir na política social gerenciando projetos que fortaleçam a cidadania ativa e a inclusão social e sustentável no quadro de desafio de inovação no setor público.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública destina-se a portadores de Diploma de graduação. E, de acordo com seleção para público específico, poderão ser solicitados outros requisitos, como por exemplo, a comprovação de ser professor ou de determinada atuação profissional, dentre outros.

O acesso deve estar condicionado a processo de seleção, conveniado ou aberto ao público e desenvolvido por meio de provas (exames), programas de acesso, análise curricular e/ou entrevista a ser definido em edital.

Além dos requisitos previstos, o acesso ao curso de Especialização em Inovação sustentável na esfera pública deverá contemplar as seguintes políticas afirmativas:

- a) No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas disponibilizadas aos cursos ofertados são destinadas aos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de acordo com a Resolução nº 03/2017-CONSUP/IFRN.
- b) Considerando a Lei 13.146/2015, que trata sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e visando democratizar o acesso ao ensino superior por este público, em consonância com o PDI do IFRN e com que está previsto na Resolução nº 5/2017-CONSUP/IFRN, será reservada, em cada processo seletivo para ingresso por curso e turno, 5% (cinco por cento) das vagas, de ampla concorrência, para Pessoas com Deficiência.
- c) Outros percentuais poderão ser reservados de acordo com convênios ou especificidades previstas no projeto pedagógico de cada curso.



Figura 1 – Requisitos e formas de acesso

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública modalidade presencial está fundamentado nos dispositivos legais que tratam dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, denominados cursos de especialização, a saber:

- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, que permite a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*;

- Na Resolução n.1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996.
- Parecer CNE/CES nº. 142/2001 e Resolução nº 01, de 03 de abril de 2001, que estabelecem normas de funcionamento para cursos de pós-graduação;
- Resolução nº 33, de 20 de dezembro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu em nível de especialização.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 476 de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Considerando a necessidade de promover a formação continuada de profissionais da área de Administração Pública e que sejam sintonizados com as necessidades da sociedade e, em particular, da educação, tal profissional deverá ser capaz de

- ✓ Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: Políticas públicas, Desenvolvimento Social e Inovação no Setor Público;
- ✓ Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações problemas complexos;
- ✓ Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- ✓ Estar apto para fazer a integração da teoria com a prática para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

O Curso permitirá o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- ✓ Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- ✓ Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- ✓ Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões em sala de aula, estudo de casos, trabalhos escritos e apresentação de seminários;
- ✓ Aumento da capacidade de liderar equipe através da participação em trabalhos em grupo;
- ✓ Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance de projetos;
- ✓ Ênfase na natureza global do atual ambiente de gerenciamento de projetos e seus impactos sobre a tomada de decisão;
- ✓ Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos;
- ✓ Integração dos aspectos teóricos e práticos de gestão, através da elaboração de projetos e análise de casos.

A natureza do curso exige metodologias interdisciplinares com estratégias participativas, laboratoriais e oficinas práticas, que permitam vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência interdisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

7.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública na modalidade presencial, observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01/2018, no Projeto Político-Pedagógico do IFRN e nos demais documentos legais pertinentes.

Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade.

O curso está organizado em três módulos compostos por disciplinas, com uma carga-horária total de 480 horas, sendo 450 horas destinadas às disciplinas e 30 horas a um trabalho de conclusão do curso (TCC), em consonância com o Projeto Político-Pedagógico. O Quadro 1 descreve a listagem de disciplinas do curso e o Anexo I apresenta as ementas e programas das disciplinas.

O Quadro 1 descreve a listagem de disciplinas do curso e o Apêndice I apresenta as ementas e programas das disciplinas.

DISCIPLINAS	CARGA-HORÁRIA (horas)	CARGA-HORÁRIA (horas/aula)
MÓDULO I – Políticas Públicas	Horas	Horas Aulas
Plano Plurianual e Orçamento Público	30 h	40 h/a
Estado, Sociedade e Governo	30 h	40 h/a
Planejamento e Implementação de Políticas Públicas	30 h	40 h/a
Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30 h	40 h/a
Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	30 h	40 h/a
Total do módulo	150 h	200 h/a
MÓDULO II – Desenvolvimento Sustentável		
Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	30 h	40 h/a
Fundamentos Jurídico-Sociais	30 h	40 h/a
Gerenciamento de Projetos	30 h	40 h/a
Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo na Esfera Pública	30 h	40 h/a
Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	30 h	40 h/a
Total do módulo	150 h	200 h/a
MÓDULO III – Inovação no Setor Público		
Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	30 h	40 h/a
Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	30 h	40 h/a
Cidades Inteligentes, Dados Abertos e Internet das Coisas (<i>IoT</i>)	30 h	40 h/a
Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	30 h	40 h/a
Economia Criativa	30 h	40 h/a
Total do módulo	150 h	200 h/a
Orientação ao Trabalho de Conclusão de Curso	30 h	40 h/a
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	480 h	640 h/a

7.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Inovação Sustentável na Esfera Pública. Corresponde a

uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso.

O estudante terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

São consideradas produções acadêmicas de TCC para o curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública:

- Produção de artigo científico;
- Monografia;
- Projeto de intervenção;

O TCC será acompanhado por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens:

- elaboração de um plano de atividades aprovado pelo professor orientador;
- reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
- elaboração da produção monográfica pelo estudante;
- entrega do trabalho para a Coordenação do Curso, deferido pelo orientador; e
- avaliação e defesa pública do trabalho pelo estudante perante uma banca examinadora.

A banca examinadora será composta pelo professor orientador e dois profissionais pós-graduados com mestrado ou doutorado, podendo ser convidado para compor essa banca um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo.

A avaliação do TCC terá em vista os critérios de: domínio do conteúdo; linguagem (adequação, clareza); postura; interação; nível de participação e envolvimento; e material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação).

Será atribuída ao TCC uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem) e será considerado aprovado o aluno que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos. Nos casos em que haja necessidade de correções sugeridas pela banca examinadora, o aluno deverá realizá-las e entregar, no prazo de 30 (trinta) dias, a nova versão ao Coordenador do Curso.

Caso o estudante não alcance a nota mínima para a aprovação no TCC, deverá ser reorientado com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação dentro do prazo estabelecido pelo curso, conforme definido na Organização Didática do IFRN, isto é, até 6 (seis) meses a mais que a duração prevista.

O(A) orientador(a) do trabalho não participará como avaliador do trabalho para

composição da nota final do aluno, mas será responsável, juntamente com o aluno, pelo processo de escolha do periódico e sua submissão em periódico.

7.3 DIRETRIZES CURRICULARES E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Este projeto pedagógico de curso é norteador do currículo nesse Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública, na modalidade presencial. Caracteriza-se, portanto, como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas anuais, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto, as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação aos conselhos competentes.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste projeto pedagógico de curso, nos quais a relação teoria-prática é o princípio fundamental associado à estrutura curricular do curso, conduzem a um fazer pedagógico, em que atividades como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outros, estão presentes durante os períodos letivos.

O trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica, base específica e base didático-pedagógica é imprescindível à construção de práticas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos estudantes numa perspectiva do pensamento relacional. Para tanto, os professores poderão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas juntamente com os estudantes. Para essas atividades, os professores têm, à disposição, horários para encontros ou reuniões de grupo, destinados a um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático.

Considera-se a aprendizagem como processo de construção de conhecimento, em que partindo dos conhecimentos prévios dos alunos, os professores assumem um fundamental papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que a partir da articulação entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento escolar, o aluno possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, construindo-se como pessoas e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Neste sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática

diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos. As diretrizes do Curso devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Curso é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996). Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

7.4 INDICADORES METODOLÓGICOS.

Neste projeto pedagógico de curso, a metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados com o fim de atingir os objetivos propostos para a formação de gestores, assegurando uma formação integral dos estudantes. Para a sua concretude, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso.

Diante disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar esses estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- problematizar o conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes;
- entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade;
- reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem esquecer-se de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno;
- adotar a pesquisa como um princípio educativo;
- articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- adotar atitude interdisciplinar nas práticas educativas;
- contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos alunos, favorecendo a construção e reconstrução de conhecimentos diante das situações reais de vida;
- diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos (as) estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- elaborar materiais impressos a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas;
- elaborar projetos com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas;
- sistematizar trabalhos coletivos que possibilitem aos estudantes e professores refletir, repensar e tomar decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem de forma significativa; e
- ministrar aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os seguintes indicadores de desempenho deverão ser seguidos na oferta do curso:

- Número máximo de estudantes da turma: 40.
- Produção científica: produção mínima de um artigo por professor/ano, e ao final do curso, os estudantes deverão elaborar um trabalho de conclusão de curso e apresentá-lo a uma banca examinadora.

- Média mínima de desempenho de estudantes: 60%.
- Infraestrutura mínima, conforme o PAF (Projeto de Autorização e Funcionamento) do curso.

9. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, que devem ser utilizadas como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades e que funcione como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho dos alunos e docentes e à relação professor-aluno, como ação transformadora e de promoção social em que todos devem ter direito a aprender, refletindo a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura.

Avalia-se, portanto, para constatar os conhecimentos dos alunos em nível conceitual, procedimental e atitudinal, para detectar erros, corrigi-los, não se buscando simplesmente registrar desempenho insatisfatório ao final do processo. Avaliar está relacionado com a busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual.

Para tanto, o aluno deve saber o que será trabalhado em ambientes de aprendizagem, os objetivos para o estudo de temas e de conteúdos, e as estratégias que são necessárias para que possa superar as dificuldades apresentadas no processo.

Assim, essa avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do estudante ao longo do período letivo, na efetivação das atividades propostas, logo, deve dispor de variedade nas formas de elaboração e aplicação, a fim de que corresponda com a diversidade de apreensões e compreensões que abrangem o aprendente.

Nesse sentido, a avaliação deve ser desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a (re)construção do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de cidadãos. Além disso, precisa contemplar a (re)orientação nos aspectos menos expressivos da aprendizagem demonstrada, lembrando que os estudantes, enquanto adultos, evidenciam um processo de apreensão dos saberes pautado na

contextualização e na significância.

Assim, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise tanto dos diferentes aspectos do desenvolvimento do estudante quanto do seu planejamento pedagógico a fim de que os resultados alcançados possam servir às observações e possíveis alterações necessárias em um ou em outro desses contextos.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- Adoção de estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- Discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas; e
- Observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do gestor-cidadão, com vistas à (re) construção do saber escolar.

Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer do curso, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, dentre outros que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos sobre questões relativas ao curso.

As atividades realizadas serão avaliadas através de atividades didáticas de cada disciplina, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo

dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

Os critérios de verificação do desempenho acadêmico dos estudantes são tratados pela Organização Didática do IFRN.

10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Os cursos de pós-graduação serão aferidos mediante uma avaliação sistêmica dos PPCs e avaliações locais do desenvolvimento dos cursos, tendo por referência a auto avaliação institucional, a avaliação das condições de ensino, a avaliação sistêmica e a avaliação *in loco*, a serem realizadas, em conjunto, por componentes do Núcleo Central Estruturante (NCE) vinculado ao curso.

A auto avaliação institucional e a avaliação das condições de ensino deverão ser realizadas anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem por finalidade a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição. O resultado da autoavaliação institucional deverá ser organizado e publicado pela CPA, analisado e discutido em cada Diretoria Acadêmica do IFRN e, especificamente, pelos cursos, mediado pela coordenação junto aos professores e estudantes.

O NCE constitui-se num órgão de assessoramento, vinculado à Diretoria de Avaliação e Regulação do Ensino da Pró-Reitoria de Ensino, sendo composto por comissão permanente de especialistas, assessores aos processos de criação, implantação, consolidação e avaliação de cursos na área de sua competência. Nessa perspectiva, a atuação do NCE tem como objetivo geral garantir a unidade da ação pedagógica e do desenvolvimento do currículo no IFRN, com vistas a manter um padrão de qualidade do ensino, em acordo com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso.

A avaliação e eventuais correções de rumos necessárias ao desenvolvimento do PPC devem ser realizadas anualmente e definidas a partir dos critérios expostos a seguir:

- a) Justificativa do curso – deve observar a pertinência no âmbito de abrangência, destacando: a demanda da região, com elementos que sustentem a criação e manutenção do curso; o desenvolvimento econômico da região, que justifiquem a criação e manutenção do curso; a oferta já existente de outras instituições de ensino da região; a política institucional de expansão que abrigue a oferta e/ou manutenção do curso; a vinculação com o PPP e o PDI do IFRN.
- b) Objetivos do curso – devem expressar a função social e os compromissos institucionais de formação humana e tecnológica, bem como as demandas da região e as necessidades emergentes no âmbito da formação docente para a educação básica.

- c) Perfil profissional do egresso – deve expressar as competências profissionais do egresso do curso.
- d) Número de vagas ofertadas – deve corresponder à dimensão (quantitativa) do corpo docente e às condições de infraestrutura no âmbito do curso.
- e) Estrutura curricular – deve apresentar flexibilidade, interdisciplinaridade, atualização com o mundo do trabalho e articulação da teoria com a prática.
- f) Conteúdos curriculares – devem possibilitar o desenvolvimento do perfil profissional, considerando os aspectos de competências do egresso e de cargas horárias.
- g) Práticas do curso – devem estar comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, com o desenvolvimento do espírito crítico-científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
- h) Programas sistemáticos de atendimento ao discente – devem considerar os aspectos de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico e atividades de nivelamento.
- i) Pesquisa e inovação tecnológica – deve contemplar a participação do discente e as condições para desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica.

11. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

No âmbito deste projeto pedagógico de curso, compreende-se o **aproveitamento de estudos** como a possibilidade de aproveitamento de disciplinas estudadas em outro curso superior de pós-graduação; e a **certificação de conhecimentos** como a possibilidade de certificação de saberes adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de disciplinas integrantes da matriz curricular do curso, por meio de uma avaliação teórica ou teórico-prática, conforme as características da disciplina. Os aspectos operacionais relativos ao aproveitamento de estudos e à certificação de conhecimentos, adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso, são tratados pela Organização Didática do IFRN.

12. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA

O Quadro 2, a seguir, apresenta a estrutura física necessária ao funcionamento do Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública, na modalidade presencial. Os Quadros 3 a 4 apresentam a relação detalhada dos laboratórios específicos.

Quadro 2 – Quantificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso.

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
02	Sala de Aula	Com 40 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Sala de videoconferência	Com 40 cadeiras, equipamento de videoconferência, computador e televisor.
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
02	Laboratórios de Informática	Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia.
01	Laboratório de Estudos e pesquisa	Com bancada para computadores e espaço para notebook, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos

Quadro 3 – Equipamentos para o Laboratório de informática 1

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 1		Capacidade de atendimento (alunos)
		20
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Laboratório com 70 m2, contendo: projetor multimídia, rack com switch de 24 portas, mesa e cadeira para o professor, quadro, estabilizador de tensão e condicionador de ar split, bancada e cadeira para os alunos e 20 computadores AMD 64 X2, Dual Core, 1GB RAM, HD 60GB.		
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)		
Qtde.	Especificações	
01	Projetor multimídia	
01	Switch de 24 portas	
01	Mesa para o professor	
01	Cadeira para o professor	
01	Quadro	
01	Estabilizador de tensão	
01	Condicionador de ar split	
01	Bancada para os alunos	
20	Cadeira para os alunos	
20	Computador AMD 64 X2, Dual Core, 1GB RAM, HD 60GB	

Quadro 4 – Equipamentos para o Laboratório de informática 2.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 2		Capacidade de atendimento (alunos)
		20
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)		
Laboratório com 70 m2, contendo: projetor multimídia, rack com switch de 24 portas, mesa e cadeira para o professor, quadro, estabilizador de tensão e condicionador de ar split, bancada e cadeira para os alunos e 20		

computadores AMD 64 X2, Dual Core, 1GB RAM, HD 60GB.	
Equipamentos (hardwares instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
01	Projeter multimídia
01	Switch de 24 portas
01	Mesa para o professor
01	Cadeira para o professor
01	Quadro
01	Estabilizador de tensão
01	Condicionador de ar split
01	Bancada para os alunos
20	Cadeira para os alunos
20	Computador AMD 64 X2, Dual Core, 1GB RAM, HD 60GB

13. BIBLIOTECA

A Biblioteca é um ambiente de desenvolvimento de ações que contribuem para os processos de ensino-aprendizagem e uma unidade informacional com o objetivo de organizar e disseminar a informação junto à comunidade em apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Funciona com um sistema automatizado, facilitando a busca ao acervo que além de estar informatizado, está tombado junto ao patrimônio da instituição.

O acervo é organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, como exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso e de livre acesso para todos os usuários, respeitando-se as normas vigentes. Oferece serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas às bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Dessa forma, de modo a atender aos indicadores de padrões de qualidade e as recomendações do Ministério da Educação para autorização e/ou reconhecimento de cursos, nos programas de cada componente curricular que compõem o curso, estão previstos 3 (três) títulos na bibliografia básica e 5 (cinco) títulos na bibliografia complementar. Para os títulos da bibliografia básica estão disponíveis para consulta e empréstimo, um exemplar dos livros indicados para cada 5 (cinco) vagas autorizadas, além de mais um exemplar como reserva técnica. E, para os títulos da bibliografia complementar estão disponíveis para consulta e empréstimo 2 exemplares, além de mais um exemplar como reserva técnica.

A listagem com o acervo bibliográfico básico necessário ao desenvolvimento do curso é apresentada no Apêndice II.

14. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo docente deverá ser constituído preferencialmente por professores com titulação de mestre ou de doutor obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação. No entanto, caso necessário poderá seguir o que trata o Artigo 9º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018: “[...] no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.”

Os Quadros 5 e 6 descrevem, respectivamente, o pessoal docente e técnico-administrativo, necessários ao funcionamento do Curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada ano do curso.

Quadro 5 – Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Unidade Tecnológica	
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Administração.	06
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Direito	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Ciências Contábeis	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Pedagogia	01
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de engenharia Civil	02
Professor com pós-graduação <i>stricto sensu</i> e com graduação na área de Computação	02
Total de professores necessários	13

Quadro 11 – Pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

Descrição	Qtde.
Apoio Técnico	
Profissional de nível superior na área de Pedagogia, para assessoria técnica ao coordenador de curso e professores, no que diz respeito às políticas educacionais da Instituição, e acompanhamento didático-pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	01
Profissional técnico de nível médio/intermediário para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso.	01

Profissional técnico de nível médio/intermediário na área de Informática para manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de apoio ao Curso.	01
Apoio Administrativo	
Profissional de nível médio/intermediário para prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.	01
Total de técnicos-administrativos necessários	04

Além disso, é necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com pós-graduação *stricto sensu* e com graduação na área de Administração ou área afim, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento do curso.

15. CERTIFICADOS

Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública e da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido ao egresso o certificado de Especialista em Inovação Sustentável na Esfera Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. **Lei n. 9.394/96 e suas atualizações**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF: 2021.

_____. **Lei nº 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. MEC/Ministério da Educação. PORTARIA Nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. Disponível em: https://uab.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072_012_atualizada_2017_v2.pdf. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF: 2017.

Conselho Nacional de Educação-CNE. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso 12 abril 2021. Brasília/DF: 2018.

_____. **Parecer CNE/CES nº 476**, de 08 de agosto de 2018, que propõe alteração do inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/95971-pces476-18/file>. Acesso 12 abril

2021. Brasília/DF. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva. Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/>. Natal/RN: IFRN, 2012.

_____. **Organização Didática do IFRN**. Disponível em <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Natal/RN: IFRN, 2012. COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

APÊNDICE I – EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública		
Disciplina:	Plano Plurianual e Orçamento Público	Carga-Horária:	30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo:	Políticas públicas

EMENTA

Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF; Função e componentes do planejamento governamental. Orçamentos públicos. A LDO e LOA a base legal do orçamento público. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares. O orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários. Impactos do orçamento público na capacidade governativa e nas políticas públicas.

PROGRAMA

Objetivos

Conhecer a natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.
2. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.
3. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.
4. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.
5. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, v. 1, 2006.
(<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/873/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20%20Reforma%20gerencial%20dos%20processos%20de%20planejamento%20e%20or%C3%A7amento.pdf>)
2. PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento público: administração financeira e orçamentária e LRF**. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.
3. SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. **Plano plurianual e orçamento público**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

Bibliografia Complementar

1. BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.
(<http://www.scielo.br/pdf/rac/v11n3/a03v11n3.pdf>)
2. CORE, Fabiano Garcia. Texto para discussão 44: reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. 2001.
(<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/663/1/Reforma%20gerencial%20dos%20processos%20de%20planejamento%20e%20or%C3%A7amento.pdf>)
3. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.
(<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/56>)
4. SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
(http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3396/1/Dissert_Thalles%20Rodrigues%20de%20Siqueira.pdf)
5. SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001. (<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10375.pdf>)

Software(s) de Apoio:

- Planilhas eletrônicas, aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	Carga-	30 horas (40 h/a)
Disciplina:	Estado, Sociedade e Governo	Horária:	
Pré-		Módulo:	Políticas
Requisito:			Públicas

EMENTA

Estado, sociedade e governo. Fundamentos da política: o Estado democrático de direito. A construção da democracia: participação e desenvolvimento social. Democracia e ditadura. Democratização dos recursos econômicos e sociais. A sociedade civil. Mecanismos de participação em gestão de políticas públicas.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender as acepções sobre o Estado, governo e a Sociedade.
- Conhecer as origens e as diversas concepções sobre “Sociedade Civil”, sua importância, e sua distinção, porém interdependência, para com o Estado.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Estado, sociedade e governo.
2. Fundamentos da política: o Estado democrático de direito.
3. A construção da democracia: participação e desenvolvimento social.
4. Regime político: Regimes autocráticos e Regimes democráticos.
5. Democratização dos recursos econômicos e sociais.
6. A sociedade civil.
7. Mecanismos de participação em gestão de políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

- Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. ROUSSEAU, Jean-Jacques; MIORANZA, Ciro. **O contrato social: ou princípios do direito político**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
2. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
3. LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

Bibliografia Complementar

1. MORUS, Tomás; NEVES, Paulo. **A utopia: ou o tratado da melhor forma de governo**. Porto Alegre: L&PM, 1997.
2. SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo e; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira de. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. Revista Debates, Porto Alegre, v.

- 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. (seer.ufrgs.br/debates/article/download/72132/41081)
3. FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado:** teoria constitucional e relações internacionais. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
 4. NASCIMENTO, Adriano. **Bobbio e a teoria marxista do Estado.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista-BA n. 7, p. 9-32. 2009. (<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/868/874>)
 5. BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do estado:** entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Planejamento e Implementação de Políticas Públicas	Carga-Horária: 30 horas (40h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Políticas públicas

EMENTA

A concepção do “ciclo da política pública”. Atores políticos (stakeholders). Escolha racional; Arenas políticas. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a operacionalização do início do ciclo de uma política pública.
- Identificar atores e fatores que interferem nesse processo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceito de Política Pública.
2. A concepção do “ciclo da política pública”.
3. Atores políticos (stakeholders).
4. A formação da agenda de políticas públicas.
5. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores.
6. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática.
7. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning.
8. Relações entre formulação e implementação.
9. Modelos de implementação de políticas.
10. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos em grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. DAGNINO, Renato Peixoto; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. **Planejamento estratégico governamental**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.
2. PIERANTI, Octavio Penna (org.); MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
3. SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia Complementar

1. MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214. (<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a08n16.pdf>)
2. RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**. V. 46, n. 5 (set./out. 2012), p. 1272-1294, 2012. (<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf>)
3. SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletâneas. Volumes, v. 1, 2007. (https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf)
4. SOARES, Márcia Miranda; MACHADO, José Ângelo. **Federalismo e políticas públicas**. Enap: Brasília: 2018. (https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3331/1/Livro_Federalismo%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf)
5. SOUZA, Celina. Coordenação de Políticas Públicas. Enap: Brasília: 2018. (https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	Carga-	30 horas (40h/a)
Disciplina:	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	Horária:	
Pré-		Módulo:	Políticas
Requisito:			Públicas

EMENTA

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais. Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos. Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. Os Censos Demográficos. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil.
- Conhecer os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais.
- Compreender a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Introdução histórica;
2. Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
3. Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
4. Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
5. Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
6. Os Censos Demográficos;
7. As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
8. Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
9. Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
10. Dados e Indicadores econômicos;
11. Principais boletins de conjuntura; e
12. Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. DE BRITO, Clebson Santos; DA SILVA, Maria Rosa Rodrigues; JÚNIOR, Nildo Ferreira Cassundé. Indicadores Socioeconômicos da Gestão Pública: Quão Relevantes Vocês São?. Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA, v. 10, n. 30, p. 144-167, 2016. (<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/434/0>)
2. GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores

sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. Anais, p. 1-18, 2016. (<http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf>)

3. JANNUZZI, Paulo de Martino; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

Bibliografia Complementar

1. DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. Estudos em Avaliação Educacional, v. 27, n. 66, p. 624-661, 2016. (<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4168>)
2. LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; FIALHO, Tânia Marta Maia. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 20, n. 67, 2015. (<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/52080>)
3. GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 53, n. 4, p. 53-77, 2014. (<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294/300>)
4. MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro et al. Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. Revista de Administração Pública, v. 50, n. 5, p. 721-744, 2016. (<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n5/0034-7612-rap-50-05-00721.pdf>)
5. NEVES, Fabrício Ramos; NEVES, Denise Costa Nascimento. GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS E OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: Estudo de caso em uma prefeitura do Estado da Bahia. RAGC, v. 4, n. 11, 2016. (<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/683>)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Avaliação e monitoramento de Políticas Públicas	Carga- Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Políticas Públicas

EMENTA

Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas. Conceituação e tipos de avaliação. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Metodologias e sua aplicação. Incorporando a implementação à avaliação.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a operacionalização da avaliação de uma política pública.
- Identificar atores e fatores que interferem nesse processo.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas.
2. Conceituação e tipos de avaliação: avaliação de políticas públicas;
3. Avaliação de projetos sociais; monitoramento.
4. Tipos de avaliação: avaliação ex-ante e ex-post, avaliação de resultados e de impacto, interna, externa, mista, participativa.
5. Avaliação de processo.
6. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade.
7. Metodologias e sua aplicação.
8. Incorporando a implementação à avaliação.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. Anais, p. 1-18, 2016. (<http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf>)
2. MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.
3. RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL, v. 1, n. 1, 2015. (http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf)

Bibliografia Complementar

1. CARDOSO JR, José Celso Organizador; CUNHA, Alexandre dos Santos Organizador. Planejamento e avaliação de políticas públicas. 2015. (http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf)
2. CRUMPTON, Charles David et al. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. Revista de Administração Pública, v. 50, n.

- 6, p. 981-1001, 2016. (http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/pt_0034-7612-rap-50-06-00981.pdf)
3. DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014. (https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf)
4. LAISNER, Regina Cláudia; DE MARIO, Camila Gonçalves. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 2, p. 619-630, 2015. (<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3164>)
5. SERAPIONI, Mauro. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. Sociologia, v. 31, p. 59-80, 2016. (<http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v31/v31a04.pdf>)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	Carga-	30 horas (40 h/a)
Disciplina:	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	Horária:	
Pré-Requisito:		Módulo:	Desenvolvimento Sustentável

EMENTA

Sustentabilidade: histórico e abordagens. Política ambiental e seus instrumentos. Modelos de Indicadores para avaliação do Desenvolvimento Sustentável. Responsabilidade socioambiental: aspectos históricos, conceituais e éticos. Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública. Responsabilidade Socioambiental no Terceiro Setor.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a responsabilidade socioambiental das empresas e governos.
- Conhecer as lutas por sustentabilidade e sua implicação nas sociedades modernas.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Sustentabilidade: histórico e abordagens
2. Do desenvolvimento sustentável à gestão da sustentabilidade.
3. Política ambiental e seus instrumentos.
4. Modelos de Indicadores para avaliação do Desenvolvimento Sustentável.
5. Responsabilidade socioambiental: aspectos históricos, conceituais e éticos
6. Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública.
7. Responsabilidade Socioambiental no Terceiro Setor.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Estudo de Casos, Atividade Práticas e Posicionamento Crítico de Trabalhos Acadêmicos.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia. quadro branco. filmes. artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
2. BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade uma análise comparativa**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
3. CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas: aplicações em diversos tipos de cultivo e práticas agrícolas do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2015.

Bibliografia Complementar

1. VEIGA, Jose Eli. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
2. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha Agenda Ambiental na Administração**

Pública. Brasília – DF: MMA, 2009.
(https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)

3. TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental:** estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
4. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
5. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Fundamentos Jurídico-Sociais	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Desenvolvimento Sustentável

EMENTA

Noções básicas dos direitos e garantias fundamentais. Política Nacional do Meio ambiente e legislações correlatas. Licitações Sustentáveis. Legislação de inclusão.

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer os fundamentos do direito e sua implicação na regulação da vida social.
- Entender as legislações protetivas dos direitos das minorias e do meio ambiente.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Noções básicas dos direitos e garantias fundamentais,
2. Política Nacional do Meio ambiente. Licitações Sustentáveis.
- 3- Estatuto da criança e do adolescente – ECA, Estatuto do idoso,
4. Leis de acessibilidade, identidade de gênero e inclusão de minorias

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. CARVALHO, Cezar Augusto. **A insustentável sustentabilidade**. 1. ed. Natal: Lucgraf, 2015.
2. MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.
3. FIGUEIREDO, Antonio Carlos. **Vade Mecum referenciado da legislação brasileira**. 7. ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

Bibliografia Complementar

1. Estatuto do Idoso: LEI N° 10.741/03 - Atualizada até a Lei n° 12.899 de 2013 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)
2. Estatuto da Criança e do Adolescente: (Lei 8.069/90) - Atualizado até a Lei 13.257 de 2016 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
3. Manual implementando licitações sustentáveis na administração pública federal (<https://www.agu.gov.br/page/download/index/id/28095669>)

4. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência – Comentada
(https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Lei-Brasileira-de-Inclusao-da-Pessoa-com-Deficiencia_vol.II_.pdf)
5. Conhecimento que transforma: acessibilidade e inclusão
(http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1512061517E_book_Novembro_2017_final.pdf)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	Carga- Horária:	30 horas (40 h/a)
Disciplina:	Gerenciamento de Projetos	Módulo:	Desenvolvimento Sustentável
Pré- Requisito:			

EMENTA

Conceitos e técnicas básicas da gestão de projetos. Planejamento e fases do projeto. Métodos e técnicas de elaboração e gerenciamento de projetos. O gerente de projeto. A importância de gerenciar as partes interessadas e conhecimento do ambiente do projeto. O PMBOK. Áreas de Conhecimento do PMBOK. Projetos sociais: impactos sociais, ambientais e econômicos. Projetos Sociais no Terceiro Setor. Gestão de pessoas em projetos sociais.

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer as etapas do gerenciamento de projeto baseado no Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®) do *Project Management Institute* (PMI).
- Compreender as diferenças entre o planejamento e avaliação de projetos sobre a ótica privada e social.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceitos e técnicas básicas da gestão de projetos.
2. Planejamento e fases do projeto.
3. Métodos e técnicas de elaboração e gerenciamento de projetos.
4. O gerente de projeto.
5. A importância de gerenciar as partes interessadas e conhecimento do ambiente do projeto.
6. O PMBOK. Áreas de Conhecimento do PMBOK.
7. Projetos sociais: impactos sociais, ambientais e econômicos
 - 7.1 Planejamento, projeto e avaliação social
 - 7.2 Indicadores para seleção de projetos
 - 7.2 Cálculo dos benefícios e custos sociais
 - 7.2 Custo social do fator trabalho
 - 7.2 Quanto vale o meio ambiente?
 - 7.3 A questão dos pesos redistributivos
8. Projetos Sociais no Terceiro Setor.
9. Gestão de pessoas em projetos sociais.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova

escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo, 2000.
2. GIDO, Jack; CLEMENTS, James P.; MELHADO, Silvio B. **Gestão de projetos**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
3. KERZNER, Harold. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman. 2002.

Bibliografia Complementar

1. NOCÊRA, Rosaldo de Jesus. **Gerenciamento de projetos: abordagem prática para o dia a dia do gerente de projetos**. 5. ed. São Paulo: RJN, 2013.
2. KERZNER, Harold. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
3. HELDMAN, Kim; FURMANKIEWICZ, Edson; RICARDI, André L. F. **Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI**. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
4. Gerência de Projetos - Teoria e Prática da ENAP: Introdução ao Gerenciamento de Projetos
(https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1092/1/GerenciaDeProjeos_modulo_1_final.pdf)
5. Manual de Gestão de Projetos da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento Institucional
(http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Centro_de_Gestao_Estrategica/ManualGestaoProjetos.pdf)

Software(s) de Apoio:

- Planilha eletrônica, aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo na Esfera Pública	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Desenvolvimento Sustentável

EMENTA

Introdução ao desenvolvimento econômico local e regional, acepções clássicas e contemporâneas de região, o processo de planejamento estratégico do desenvolvimento econômico regional, organização do empreendimento, avaliação da economia local e regional, criação das estratégias e políticas para promoção do empreendedorismo e desenvolvimento da região.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a análise, a elaboração e o monitoramento de políticas para resolutividade de problemas regionais.
- Conhecer programas e projetos que possam articular as potencialidades regionais com a organicidade dos diferentes atores sociais e as crescentes exigências da sustentabilidade dos processos produtivos.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Introdução ao desenvolvimento econômico local e regional,
2. Acepções clássicas e contemporâneas de desenvolvimento, empreendedorismo e região,
3. O processo de planejamento estratégico do desenvolvimento econômico local e regional,
4. Organização do empreendimento, Arranjos Produtivos, Redes de Empresas e Organizações
5. A abordagem com base regional e territorial, institucionalismo, regulacionismo, inovações e aglomerações (distritos industriais)
6. Criação das estratégias empreendedoras para o desenvolvimento regional,
7. Implementação das estratégias de desenvolvimento regional,
8. Monitoramento das estratégias de desenvolvimento regional.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projector multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. FUNDAÇÃO PAULO BONAVIDES. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius, 2011.
2. INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA (IICA). **Plano regional de desenvolvimento sustentável do Alto Oeste**. Natal: IICA, 2006.

3. CASTRO, César Nunes de. Brandão, Carlos Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas** / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, - Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7450/1/Desenvolvimento%20regional%20no%20Brasil_pol%C3%ADticas_estrat%C3%A9gias%20e%20perspectivas.pdf

Bibliografia Complementar

1. CARVALHO, Luísa Cagica. Dominginhos, Pedro. Baleiras, Rui Nuno. Dentinho, Tomaz Ponce. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional - Casos Práticos**. 1ª Edição – Lisboa, outubro de 2015. Disponível em:
http://www.silabo.pt/Conteudos/8209_PDF.pdf
2. FIERN. MAIS RN 2019-2022. **AGENDA POTIGUAR**. NATAL: 2018. Disponível em:
http://www.maisrn.org.br/themes/site/Agenda_Potiguar_2019-2022_vf.pdf
3. GOMES, Marcus Vinícius Peinado. Alves, Mário Aquino. Fernandes, Renê José Rodrigues. Organizadores. **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013. • 167p. Disponível em:
https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/politicas_publicas_de_fomento_ao_empreendedorismo_e_as_micro_e_pequenas_empresas_alta.pdf
4. LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Texto para discussão nº 358. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em:
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2013.
5. PAROLIN, Sonia Regina Hierro. Volpato, Maricilia (org.) **Faces do empreendedorismo inovador**. Curitiba: SENAI/SESI/IEL, 2008. Disponível em
http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/7b05c644-7adf-432d-b881-e3b1e8276318/livro_faces-empreend-inovador-vol-III_agetec.pdf?MOD=AJPERES

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	Carga-	30 horas (40 h/a)
Disciplina:	Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	Horária:	
Pré-		Módulo:	Desenvolvimento Sustentável
Requisito:			

EMENTA

A mensuração da desigualdade e de sua evolução. A desigualdade de capital-trabalho. As desigualdades salariais. As causas sociais da desigualdade dos salários. Os instrumentos da redistribuição. Política de redistribuição de renda. Políticas de reconhecimento cultural. Qual a melhor política contra desigualdade: Redistribuição ou reconhecimento?

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer as causas sociais que geram as desigualdades para poder propor política reparadora assertiva.
- Compreender a dinâmica social que necessita intervenção no estado para evitar concentração de renda.
- Entender o que são ações afirmativas e outras políticas contra a desigualdade social.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. A mensuração da desigualdade e de sua evolução.
2. A desigualdade de capital-trabalho. As desigualdades salariais.
3. As causas sociais da desigualdade dos salários.
4. Os instrumentos da redistribuição.
5. Política de redistribuição de renda.
6. Políticas de reconhecimento cultural.
7. Qual a melhor política contra desigualdade: Redistribuição ou reconhecimento?

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projetor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM. 2017. (https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_uni.pdf)
2. MOONEY, Linda A.; KNOX, David; SCHACHT, Caroline. **Problemas sociais: uma análise sociológica da atualidade**. Cengage Learning. São Paulo. 2016.
3. VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Globalização e desigualdade**. Natal: A.S. Editores, 2002.

Bibliografia Complementar

1. PIKETTY, Thomas. **Capital do século XXI**. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro. 2014.
2. HUBERMAN, Leo; GUERRA, Márcia. **História da riqueza do homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

3. VALENÇA, Márcio Moraes. **Desenvolvimento, na teoria e na prática**. Natal: EDUFRN, 2008.
4. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3383/1/td_2031.pdf)
5. Um país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras. OXFAM. 2018. (https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Inovação no Setor Público

EMENTA

Introdução ao Planejamento urbano: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Metrópole, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor. Implementação do Plano Diretor. Gestão integrada e participativa do plano. Novas tecnologias a serviço do Planejamento urbano.

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer os marcos legais do planejamento urbano e as ferramentas da gestão municipal
- Identificar estratégias no âmbito da gestão das cidades que possam promover desenvolvimento local
- Estudar as formas de planejamento municipal atrelado aos mecanismos legais vigentes
- Explorar as novas tecnologias a serviço do Planejamento urbano

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Introdução ao Planejamento urbano: para que planejar as cidades?
2. Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade.
3. O quadro urbano atual.
4. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Metrópole, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades.
5. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal.
6. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas.
7. Plano Diretor
 - 7.1. A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios;
 - 7.2. O que é um Plano Diretor;
 - 7.3. Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo;
 - 7.4. Possibilidades de novos instrumentos: IPTU Verde e PSA (pagamento por prestação de serviços ambientais);
 - 7.5. Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil.
8. Implementação do Plano Diretor
 - 8.1. Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura.
9. Gestão integrada e participativa do plano
 - 9.1. Monitoramento e Revisão do Plano Diretor.
10. Novas tecnologias a serviço do Planejamento urbano
 - 10.1. Modelagem da Informação da Cidade (CIM): Conceitos, usos, benefícios e softwares;
 - 10.2. Realidade Aumentada (RA): Usos e possibilidades;
 - 10.3. Realidade Virtual (RV): Usos e possibilidades.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. DIAS, Gilka da Mata. **Cidade sustentável: fundamentos legais, política urbana, meio ambiente, saneamento básico**. Natal: Ed. do Autor, 2009.
2. PAULA, Alexandre Sturion de. **Estatuto da cidade e o plano diretor municipal: teoria e modelos de legislação urbanística**. São Paulo: Lemos e Cruz, 2007.
3. SILVA, Carlos Henrique Dantas da. **Plano diretor: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar

1. BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato (Org.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.
2. DUARTE, Marise Costa de Souza. **Espaços especiais urbanos: desafios à efetivação dos direitos ao meio ambiente e à moradia**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2011.
3. GIESTA, Josyanne Pinto. **Expansão urbana de Parnamirim: os desafios do planejamento urbano**. Natal: IFRN Editora, 2016.
4. MUKAI, Toshio. **Direito Urbano e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
5. SCHULT, Sandra I. Momm; SIEBERT, Claudia; SOUZA, Luiz Alberto (Org.). **Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária**. Blumenau: Edifurb, 2010.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	Carga- Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré- Requisito:		Módulo: Inovação no Setor Público

EMENTA

Sociedade do Conhecimento. Inovação: conceitos e tipologia. Modelos Desenvolvimento da Inovação. Evolução Interação Universidade, Empresa, Governo & Sociedade. Universidade Empreendedora: conceitos e papel. Ambientes de Inovação. Ecossistemas de Inovação (Parques Científicos e Tecnológicos, Distritos de Inovação, Clusters Tecnológicos). Mecanismos de Geração de Empreendimentos (incubadoras de empresas, aceleradoras, coworkings). Estudos de Casos.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender as mudanças da sociedade do conhecimento e sua implicação no desenvolvimento sustentável.
- Entender os mecanismos de política pública de emprego e renda dentro da sociedade do conhecimento.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Sociedade do Conhecimento. Inovação: conceitos e tipologia.
2. Modelos Desenvolvimento da Inovação.
3. Evolução Interação Universidade, Empresa, Governo & Sociedade.
4. Universidade Empreendedora: conceitos e papel. Ambientes de Inovação.
5. Ecossistemas de Inovação (Parques Científicos e Tecnológicos, Distritos de Inovação, Clusters Tecnológicos).
6. Mecanismos de Geração de Empreendimentos (incubadoras de empresas, aceleradoras, coworkings).
7. Estudos de Casos.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. JUDICE, Valéria et al. **Empreendedorismo de base tecnológica: spin-off: criação de novos negócios a partir de empresas constituídas, universidades e centros de pesquisa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
2. PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS. **Planejamento e implantação de incubadoras de empresas**. Brasília: [S. n.], 2002.
3. TIGRE, Paulo Bastos; SILVA, Andrea Lago da. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Bibliografia Complementar

1. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
2. BES, Fernando Trias, KOTLER, Philip. **A Bíblia da inovação**. Editora: LeYa, São Paulo. 2011.
3. KEELEY, Larry; PIKKEL, Ryan; QUINN, Brian; WALTERS, Helen. **Dez Tipos de Inovação**. Editora: DVS, São Paulo. 2015.
4. Ecosistema Inovação/ Christian Folz, Fábio Carvalho editores técnicos. -- Brasília, DF: Embrapa, 2014. (<https://www.embrapa.br/instrumentacao/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1001206/ecossistema-inovacao>)
5. FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Cidades Inteligentes, Dados Abertos e Internet das Coisas (IoT)	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Inovação no Setor Público

EMENTA

Cidades Inteligentes: Conceito e tendências. Índice de Cidades pelo mundo: Modelo conceitual e metodologia. Laboratórios vivos (Living Lab) em rede de inovação urbana. Cidades Inteligentes e Big Data. fundamentos de Internet das Coisas e sua aplicabilidade a Cidades Inteligentes. Desafios e Oportunidades relacionados a Cidades Inteligentes. Interoperabilidade para Cidades Inteligentes. Segurança de dados, informações e dispositivos (Hackeamento de Cidades Inteligentes). Métricas para Cidades Inteligentes. Relação Cidadão-Cidade.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a importância para a sociedade de ter dados abertos.
- Conhecer as mudanças que as cidades estão passando para se tornar uma cidade sustentável.
- Entender as oportunidades advindas da internet das coisas.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Cidades Inteligentes: Conceito e tendências.
2. Índice de Cidades pelo mundo: Modelo conceitual e metodologia.
3. Laboratórios vivos (Living Lab) em rede de inovação urbana.
4. Cidades Inteligentes e Big Data.
5. fundamentos de Internet das Coisas e sua aplicabilidade a Cidades Inteligentes.
6. Desafios e Oportunidades relacionados a Cidades Inteligentes.
7. Interoperabilidade para Cidades Inteligentes.
8. Segurança de dados, informações e dispositivos (Hackeamento de Cidades Inteligentes).
9. Métricas para Cidades Inteligentes.
10. Relação Cidadão-Cidade.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. HALSALL, Fred. **Data communications, computer networks and open systems**. 4. ed. Harlow: Addison-Wesley, 1996.
2. PANHAN, André Marcelo; MENDES, Leonardo de Souza; BRENDA, Gean Davis. **Construindo Cidades Inteligentes**. Editora: Appris, São Paulo. 2016.
3. Magrani, Eduardo. **A internet das coisas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
(<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23898/A%20internet%20das%20coisas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>)

Bibliografia Complementar

1. SPYMAN; STARLIN, Gorki. **Violação e proteção da informação:** hacker: guia de consulta e aprendizagem: manual de consulta rápida para se proteger e conhecer as técnicas Hacker's. Rio de Janeiro: Book Express, c1999.
2. MARTINI, Renato. **Criptografia e cidadania digital.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.
3. ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. **Dados Abertos Conectados.** Editora: Novatec, São Paulo. 2015.
4. Projeto de Cidades Inteligentes e Humanas até o ano de 2030. (<http://redebrasileira.org/brasil-2030>)
5. Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil – Ministério de ciência, tecnologia, Inovação e comunicação. (http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/tecnologia/SEPOD/politicasDigitais/arquivos/arquivos_estudo_iot/fase-4-3.pdf)

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito(s):		Módulo: Inovação no Setor Público

EMENTA

Globalização: visão hegemônica e contra-hegemônica. Redes: conceitos e tipologias. Gestão em redes: Arranjos produtivos locais e Consórcios Intermunicipais. Terceiro setor: marco regulatório, imunidade tributária, conceito de inclusão social e cidadania. Organizações Sociais: Associações e Cooperativas. Parcerias Tri-setoriais.

PROGRAMA

Objetivos

- Conhecer os efeitos positivos e negativos da globalização e suas implicações em política pública com desenvolvimento sustentável.
- Compreender a dinâmica social e a relação do governo com organizações sociais e terceiro setor.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Globalização: visão hegemônica e contra-hegemônica.
2. Redes: conceitos e tipologias.
3. Gestão em redes: Arranjos produtivos locais e Consórcios intermunicipais.
4. Terceiro setor: marco regulatório, imunidade tributária, conceito de inclusão social e cidadania.
5. Organizações Sociais: Associações e Cooperativas.
6. Parcerias Tri-setoriais.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. CAVALCANTI, Marly. **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
2. COELHO, Ricardo Corrêa; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. **O público e o privado na gestão pública.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.
3. IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar

1. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

2. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
3. MALMEGRIN, Maria Leonídia; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.
4. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A globalização e as ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
5. CAVALCANTI, Marly. **Gestão social, estratégias e parcerias:** redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

Curso:	Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública	
Disciplina:	Economia Criativa	Carga-Horária: 30 horas (40 h/a)
Pré-Requisito:		Módulo: Inovação no Setor Público

EMENTA

Conceito e contexto da economia criativa. A dimensão do desenvolvimento. Princípios norteadores da Economia Criativa: diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social. Análise multidimensional da economia criativa. Avaliação da economia criativa com base em evidência. Cidades Criativas. Comércio internacional de bens e serviços criativos. O papel da propriedade intelectual na economia criativa. Tecnologia, conectividade e economia criativa. O contexto nacional e internacional das indústrias criativas.

PROGRAMA

Objetivos

- Compreender a importância da economia criativa no desenvolvimento nacional e distribuição de renda.
- Conhecer o potencial da economia criativa no aumento do PIB de um país.

Bases Científico-Tecnológicas (Conteúdos)

1. Conceito e contexto da economia criativa.
2. A dimensão do desenvolvimento.
3. Princípios norteadores da Economia Criativa: diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social.
4. Análise multidimensional da economia criativa.
5. Avaliação da economia criativa com base em evidência.
6. Cidades Criativas. Comércio internacional de bens e serviços criativos.
7. O papel da propriedade intelectual na economia criativa.
8. Tecnologia, conectividade e economia criativa.
9. O contexto nacional e internacional das indústrias criativas.

Procedimentos Metodológicos

Exposições dialogadas, Seminários, Provas Escritas, Estudo de Casos, Livro-fórum, Atividade de Pesquisa e Resumos de Leituras.

Recursos Didáticos

Projektor multimídia, quadro branco, filmes, artigos científicos.

Avaliação

Trabalhos de grupo, seminários, exercícios, relatórios de leituras, atividade de pesquisa, prova escrita e cumprimento das tarefas solicitadas.

Bibliografia Básica

1. MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.
2. GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar. **O direito da economia criativa: temas de desenvolvimento e propriedade intelectual**. São Paulo: Max Limonad, 2015.

3. cidades criativas: perspectivas / Ana Carla Fonseca Reis, Peter Kageyama, (orgs.). - São Paulo: Garimpo de soluções, 2011. (https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf)

Bibliografia Complementar

1. BRASIL. Plano da Secretaria da Economia Criativa. Políticas, diretrizes e ações - 2011 a 2014 Brasília, Ministério da Cultura, 2011. (http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf)
2. Série Economia Criativa e Cultural do British Council/Publicada pelo British Council. (https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf)
3. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Panorama da economia criativa no brasil** - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea. 2013. (http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf)
4. Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local. SEBRAE. (<http://vix.sebraees.com.br/arquivos/biblioteca/Cadernos%20de%20Economia%20Criativa.pdf>)
5. GOLDEINSTEIN, Lidia. Economia Criativa: um caminho de desenvolvimento para o país através da moda e do design. IN-MOD / SPFW, São Paulo. SP. 2007.

Software(s) de Apoio:

- Aplicativo de apresentação, processador de texto.

APÊNDICE II – BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

<p style="text-align: center;">DESCRIÇÃO (Autor, Título, Editora, Ano)</p>	<p style="text-align: center;">DISCIPLINA(S) CONTEMPLADA(S)</p>	<p style="text-align: center;">QTDE. DE EXEMP LARES</p>
<p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 16. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.</p>	<p>Plano Plurianual e Orçamento Público</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>PALUDO, Augustinho Vicente. Orçamento público: administração financeira e orçamentária e LRF. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.</p>	<p>Plano Plurianual e Orçamento Público</p>	<p style="text-align: center;">10</p>
<p>SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Plano plurianual e orçamento público. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.</p>	<p>Plano Plurianual e Orçamento Público</p>	<p style="text-align: center;">10</p>
<p>REZENDE, Fernando; LIMA, Edilberto Carlos Pontes; CÂNDIDO JR, José Oswaldo. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>	<p>Plano Plurianual e Orçamento Público</p>	<p style="text-align: center;">10</p>
<p>ARENDDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>LEAL, Rogério Gesta. Estado, administração pública e sociedade: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">08</p>
<p>ROUSSEAU, Jean-Jacques; MIORANZA, Ciro. O contrato social: ou princípios do direito político. São Paulo: Escala Educacional, 2006.</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">10</p>
<p>MORUS, Tomás; NEVES, Paulo. A utopia: ou o tratado da melhor forma de governo. Porto Alegre: L&PM, 1997.</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>FRIEDE, Reis. Curso de ciência política e teoria geral do estado: teoria constitucional e relações internacionais. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>BENTO, Leonardo Valles. Governança e governabilidade na reforma do estado: entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003</p>	<p>Estado, Sociedade e Governo</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>DAGNINO, Renato Peixoto; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Planejamento estratégico governamental. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.</p>	<p>Planejamento e Implementação de Políticas Públicas</p>	<p style="text-align: center;">10</p>
<p>PIERANTI, Octavio Penna (org.); MARTINS, Paulo Emílio Matos (org.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.</p>	<p>Planejamento e Implementação de Políticas Públicas</p>	<p style="text-align: center;">08</p>
<p>SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p>	<p>Planejamento e Implementação de Políticas Públicas</p>	<p style="text-align: center;">05</p>
<p>JANNUZZI, Paulo de Martino; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Indicadores socioeconômicos na</p>	<p>Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública</p>	<p style="text-align: center;">10</p>

gestão pública. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012		
MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.	Avaliação e monitoramento de Políticas Públicas	08
BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	10
BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	05
CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; SILVA, Valdenildo Pedro da. Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas: aplicações em diversos tipos de cultivo e práticas agrícolas do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2015.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	05
VEIGA, José Eli da. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	05
TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de . Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	10
TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	10
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	05
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: IBAMA, 2000.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	05
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental nas Organizações	06
FIGUEIREDO, Antonio Carlos. Vade Mecum referenciado da legislação brasileira. 7. ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.	Fundamentos Jurídico-Sociais	09
MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.	Fundamentos Jurídico-Sociais	06
CARVALHO, Cezar Augusto. A insustentável sustentabilidade. 1. ed. Natal: Lucgraf, 2015.	Fundamentos Jurídico-Sociais	05
ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? guia	Gerenciamento de	08

prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2000.	Projetos	
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002.	Gerenciamento de Projetos	05
GIDO, Jack; CLEMENTS, James P.; MELHADO, Silvio B. Gestão de projetos. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.	Gerenciamento de Projetos	08
KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002.	Gerenciamento de Projetos	05
NOCÊRA, Rosaldo de Jesus. Gerenciamento de projetos: abordagem prática para o dia a dia do gerente de projetos. 5. ed. São Paulo: RJN, 2013.	Gerenciamento de Projetos	10
HELDMAN, Kim; FURMANKIEWICZ, Edson; RICARDI, André L. F. Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.	Gerenciamento de Projetos	05
FUNDAÇÃO PAULO BONAVIDES. Microcrédito e desenvolvimento regional. Fortaleza: Premium, 2011.	Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo na Esfera Pública	05
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). Plano regional de desenvolvimento sustentável do Alto Oeste. Natal: IICA, 2006.	Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo na Esfera Pública	05
VALENÇA, Márcio Moraes; GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Globalização e desigualdade. Natal: A.S. Editores, 2002.	Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	05
HUBERMAN, Leo; GUERRA, Márcia. História da riqueza do homem. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.	Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	05
VALENÇA, Márcio Moraes. Desenvolvimento, na teoria e na prática. Natal: EDUFRN, 2008.	Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	05
MOONEY, Linda A.; KNOX, David; SCHACHT, Caroline. Problemas sociais: uma análise sociológica da atualidade. Cengage Learning. São Paulo. 2016.	Desigualdade Econômica, Riqueza e Pobreza	05
DIAS, Gilka da Mata. Cidade sustentável: fundamentos legais, política urbana, meio ambiente, saneamento básico. Natal: Ed. do Autor, 2009	Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	05
PAULA, Alexandre Sturion de. Estatuto da cidade e o plano diretor municipal: teoria e modelos de legislação urbanística. São Paulo: Lemos e Cruz, 2007.	Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	17
SILVA, Carlos Henrique Dantas da. Plano diretor: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2008.	Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	10
GIESTA, Josyanne Pinto. Expansão urbana de Parnamirim: os desafios do planejamento urbano. Natal: IFRN Editora, 2016.	Novo Urbanismo e Estatuto das Cidades	06
SAULE JÚNIOR, Nelson (coord.) . Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São	Novo Urbanismo e Estatuto das	11

Paulo: Max Limonad, 1999.	Cidades	
TIGRE, Paulo Bastos; SILVA, Andrea Lago da. Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	10
JUDICE, Valéria et al. Empreendedorismo de base tecnológica: spin-off: criação de novos negócios a partir de empresas constituídas, universidades e centros de pesquisa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	10
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS. Planejamento e implantação de incubadoras de empresas. Brasília: [S. n.], 2002.	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	05
BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	10
FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da inovação: conceitos, métricas e experiências de empresas no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2013.	Ambientes de Inovação: Conceitos e Temas Estratégicos	10
HALSALL, Fred. Data communications, computer networks and open systems. 4. ed. Harlow: Addison-Wesley, 1996.	Cidades Inteligentes, Dados Abertos e Internet das Coisas (IoT)	05
SPYMAN; STARLIN, Gorki. Violação e proteção da informação: hacker: guia de consulta e aprendizagem: manual de consulta rápida para se proteger e conhecer as técnicas Hacker's. Rio de Janeiro: Book Express, c1999.	Cidades Inteligentes, Dados Abertos e Internet das Coisas (IoT)	05
MARTINI, Renato. Criptografia e cidadania digital. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.	Cidades Inteligentes, Dados Abertos e Internet das Coisas (IoT)	05
CAVALCANTI, Marly. Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	20
COELHO, Ricardo Corrêa; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. O público e o privado na gestão pública. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	10
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	05
IANNI, Octavio. A era do globalismo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.	Redes em Ambientes Federativos e Inter	08

	Organizacionais	
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	05
SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A globalização e as ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	05
CAVALCANTI, Marly. Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	Redes em Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	20
MALMEGRIN, Maria Leonídia; BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Universidade Aberta do. Redes públicas de cooperação em ambientes federativos. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.	Ambientes Federativos e Inter Organizacionais	10
MADEIRA, Mariana Gonçalves. Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.	Economia Criativa	05
GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; XAVIER, Yanko Marcus de Alencar. O direito da economia criativa: temas de desenvolvimento e propriedade intelectual. São Paulo: Max Limonad, 2015.	Economia Criativa	05

Documento Digitalizado Restrito

PPC_Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública_Campus CNAT_IFRN

Assunto: PPC_Especialização em Inovação Sustentável na Esfera Pública_Campus CNAT_IFRN
Assinado por: Tito Matias
Tipo do Documento: Documento simples
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Restrito
Hipótese Legal: Controle Interno (Art. 26, § 3o, da Lei no 10.180/2001)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Tito Matias Ferreira Junior, COORDENADOR(A) - FAG-IFRN - COPPG**, em 21/05/2025 11:16:53.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/05/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2179750

Código de Autenticação: d0f47f3bec

